



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007106-25.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Embargante: **ANDRE HOLMO e outro**
 Embargado: **FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE SAO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Cuida-se de Embargos de Terceiro, nos quais os embargantes alegam que 1/7 do imóvel descrito na inicial foi adquirido por André Holmo, que não faz parte da relação processual que deu origem à constrição judicial, mas sim André **da Silva** Holmo, em relação ao qual a FESP pediu a inclusão no polo passivo da execução, tendo havido uma confusão entre este e o embargante, que é seu pai.

O embargado apresentou manifestação, reconhecendo a procedência do pedido, com ressalva à condenação em honorários.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido merece acolhimento, pois houve expresso reconhecimento por parte da embargada, uma vez que, de fato, houve confusão entre a pessoa do embargante e de seu filho, este, sim, o executado.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e procedente o pedido, com fundamento no artigo, 487, I, do CPC, para o fim de determinar que seja levantada a constrição que recai sobre imóvel aqui reivindicado, procedendo-se pelo sistema ARISP, se viável.

Pelo princípio da causalidade, tendo em vista que a embargada requereu a constrição de bens de André da Silva Holmo e não do embargante, deixo de a condenar nos ônus da sucumbência.

P I

São Carlos, 30 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**